FGV DIREITO RIO
CENTRO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE

Centro de Tecnologia e Sociedade - CTS

Congresso em Números 2018

Relatório de Atividades do Congresso Nacional
(Bimestre Abr-Mai)

Junho/2018

Sumário

Apresentação 3
Conjuntura no Legislativo 5
Produção legislativa (abril/maio 2018) 8
Proposições aprovadas e transformadas em Lei Ordinária 8
Proposições apresentadas pela Câmara dos Deputados 10
Movimentação legislativa (abril/maio 2018) 18
Indicador de apoio ao Governo (abril/maio 2018) 21
Anexo 1 - Detalhes sobre as proposições aprovadas nos meses de abril e maio de 2018 24

Equipe

ESCOLA DE DIREITO

Pablo Cerdeira
Coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS)

Fábio Vasconcellos
Coordenador Adjunto do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS)

Rogerio Sganzerla
Coordenador do Projeto Congresso em Números

Brenda Cunha
Pesquisadora

Matheus Castro
Pesquisador

ESCOLA DE MATEMÁTICA APLICADA

João Carabetta
Pesquisador

Alifer Sales
Pesquisador

Fernanda Scovino
Pesquisadora

Apresentação

O segundo Relatório Bimestral de Atividades do Congresso Nacional procura aprimorar as análises dos nossos estudos anteriores sobre a Produção Legislativa de 1988 a 2017 e do primeiro Relatório Bimestral (fev-mar 2018). Como nos outros casos, toda a base de dados foi capturada da API versão 1[1], fornecida pela Câmara dos Deputados através do sistema "Dados Abertos". Agora incorporamos também informações dos relatórios mensais de abril e maio de 2018 do Senado Federal, bem como dados da Câmara sobre as votações em Plenário[2].

Por se tratar de um projeto aplicado a uma Escola de Direito, dedicamos atenção especial à alteração do ordenamento jurídico brasileiro, ou seja, às proposições apresentadas e aprovadas no período. Para isso, utilizamos neste relatório dois instrumentos de análises transversais: tematização (o que) e movimentação (volume das tramitações). Esses instrumentos, como veremos, permitem que sejam feitas análises descritivas dos dados através de uma visão interdisciplinar do Congresso Nacional, envolvendo os campos do Direito, Ciência Política, Sociologia e a Matemática Aplicada.

Para este relatório, seguimos a estrutura básica dos estudos anteriores, mas com algumas alterações. Desta vez, retiramos a análise sobre a presença dos(as) parlamentares tendo em vista a pequena variação bimestral desses dados. Essa análise retornará no nosso relatório anual, quando discutiremos a produção legislativa de 2018. Uma outra modificação neste documento é a inclusão de dados de parte da produção legislativa do Senado Federal[3], além de informações quanto aos temas das proposições, bem como as movimentações, isto é, as diversas fases da tramitação. Por enquanto, essas duas últimas análises se referem apenas à produção da Câmara dos Deputados.

---

[1] API versão 1 http://www2.camara.leg.br/transparencia/dados-abertos/dados-abertos-legislativo

[2] Agradecemos a rápida e eficiente resposta à solicitação de informação prestada pelo Núcleo de Assessoramento Técnico/SGM da Câmara dos Deputados.

[3] A captura dos dados do Senado Federal exige um refinamento da estruturação de novos parâmetros sobre o banco de dados. Apesar dos dados provenientes da Câmara oferecem uma perspectiva muitas vezes conjunta do Congresso Nacional, ela se limita àquelas proposições que tiveram alguma etapa dentro do Senado Federal. Para os próximos relatórios, temos a intenção de aprimorar as análises sobre o comportamento interno dentro dessa Casa.

Em todo o relatório, utilizamos os dados de seis tipos de proposições do legislativo[4]: i) Proposta de Emenda à Constituição (PEC), ii) Projeto de Lei Complementar (PLP), iii) Projeto de Lei (PL), iv) Medida Provisória (MPV), v) Projeto de Lei de Conversão (PLV) e vi) Projeto de Decreto Legislativo (PDC). Essas proposições foram selecionadas porque representam os principais tipos de alteração legal e supralegal promovidas pela Câmara no ordenamento jurídico brasileiro. Além da análise por tipo, apresentamos dados segundo seu status no período analisado, agregados em seis situações: a) aprovada somente na Câmara; b) aprovada na Câmara e no Senado; c) aprovada na Câmara, Senado e Presidência, d) arquivada; e) em tramitação; f) pronta para pauta[5].

Na primeira seção desse relatório, temos um quadro geral do que foi apreciado no Plenário da Câmara no segundo bimestre legislativo de 2018, que compreende os meses de abril e maio. Para isso, selecionamos os principais acontecimentos políticos ocorridos no período que, direta ou indiretamente, ajudam a compreender o momento em que as proposições foram analisadas e votadas pelo legislativo. A segunda seção é voltada para a produção legislativa, com o exame quantitativo das proposições transformadas em norma jurídica e apresentadas na Câmara dos Deputados no período. Em seguida, na terceira seção, analisamos os dados sobre o ritmo de movimentações das proposições na Câmara, comparando também com a série histórica do mesmo período de legislaturas anteriores. O relatório conclui a análise do indicador de apoio agregado da Câmara às proposições de interesse do Executivo.

Boa leitura.

[4] Para mais informações sobre os tipos de proposições, acessar a metodologia detalhada disponível no Anexo 2 do estudo sobre a Produção Legislativa de 1988 a 2017, página 76.

[5] Elaboramos essas classificações a partir das 55 “situações” apresentadas na versão 1 da API da Câmara dos Deputados. Aprimoramos as classificações apresentadas em 2017. Numa versão mais detalhada, as classificações contêm aquelas em tramitação, prontas para pauta, arquivadas e aprovadas, sendo esta subdividida em aprovadas somente na Câmara ou Senado (aguardando a outra Casa), aprovada em ambas as Casas (aguardando Presidente de República) e sancionada.

Conjuntura no Legislativo

Desde a aprovação da intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro (Decreto Legislativo 10/2018) no primeiro bimestre de 2018, estão proibidas votações de emendas à Constituição Federal[6]. Dessa forma, no bimestre abril-maio os trabalhos no legislativo estiveram focados na apreciação e votação de Medidas Provisórias (MPVs), Projetos de Lei (PLs) e Projetos de Leis Complementares (PLPs).

O ritmo das votações no Plenário da Câmara no bimestre foi impactado, de certa forma, pelo julgamento, no Supremo Tribunal Federal (STF), do habeas corpus impetrado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para impedir a sua prisão, após a condenação em segunda instância. Como vimos, partidos de oposição ao governo federal procuraram obstruir votações, especialmente no mês de abril[7].

Apesar da estratégia liderada pela oposição, a Câmara conseguiu discutir e votar matérias importantes no bimestre. Um dos pontos de maior debate foi com relação à questão das políticas energéticas, especialmente sobre combustíveis. Após a aprovação do parecer da comissão mista do Congresso Nacional e de um acordo entre partidos para cessar as obstruções da oposição, a MPV 811/2017, que permite à empresa pública Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) comercializar diretamente o petróleo de propriedade da União extraído da camada de pré-sal, foi aprovada em maio. Simultaneamente, outras comissões debateram a autorização para a privatização da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., bem como de suas subsidiárias por meio da MPV 814/2017 (que revoga o dispositivo da Lei 10.848/2004 que veda essa prerrogativa) e do PL 9463/2018 (que promove a desestatização da empresa). A MPV 814/2017 perdeu a eficácia. O Projeto de Lei

[6] CRFB/1988, Art. 60, § 1º: A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. O Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ao responder a uma questão de ordem feita em Plenário, autorizou a tramitação de propostas de emenda à Constituição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e nas comissões especiais durante a vigência da intervenção. A votação só não seria possível, na avaliação de Maia, no Plenário da Casa. No período analisado, tal autorização foi fundamental para a tramitação da PEC 410/2018, que permite a prisão após julgamento em segunda instância.

[7] Psol, PT, PCdoB, PDT e PSD

ainda tramita na Câmara dos Deputados. Já a MPV 811/2017, após receber alterações, originou o Projeto de Lei de Conversão (PLV nº 9/2018), atualmente aguardando sanção presidencial.

Outra área que também teve destaque no período foi a da segurança pública. O PL 3734/2012, que cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), foi aprovado pela Câmara e Senado em regime de urgência e, em 11 de junho, foi sancionado pela Presidência da República (Lei 13.675/2018). Houve veto em vários pontos do Projeto de Lei. Um deles, por exemplo, pretendia incluir, no Susp, as medidas socioeducativas destinada a menores em conflito com a lei.

Ainda no mês de abril, foi concluída a votação da MPV 809/2017 que autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMbio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar, sem licitação, um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. Apesar de a proposição ter sido alvo de diversos destaques e até mesmo requerimento de retirada de pauta, a votação da redação final da MPV foi concluída e, depois da aprovação do Senado Federal e sanção presidencial, transformada na Lei Ordinária 13.668/2018.

Já no mês de maio, outra importante discussão deliberada no Plenário da Câmara foi sobre o cadastro positivo de consumidores, transformado no PLP 441/2017. As divergências com relação à privacidade de dados bancários dos consumidores, que seriam compulsoriamente veiculados a um banco de dados, atrasaram a votação do PLP. Após negociações e acordos, o texto-base da proposição foi aprovado na segunda semana de maio com 273 votos favoráveis e 150 contrários. O projeto ainda se encontra na Câmara dos Deputados para deliberação dos destaques e emendas à proposta.

Com a retirada de pauta da MPV 814/2017, o Plenário da Câmara pôde avançar na votação de outros projetos. Entre os dias 22 e 23 de maio, seis Medidas Provisórias e um Projeto de Lei foram aprovados na Câmara:

1) MPV 812/2017 alterou juros de fundos constitucionais de desenvolvimento;

2) MPV 813/2017 ampliou o prazo de saque do PIS/Pasep para todos os cotistas;
3) MPV 816/2017 criou cargos para conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal;
4) MPV 817/2018 regulamentou a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União;
5) MPV 818/2018 prorrogou prazo para os municípios elaborarem Plano de Mobilidade Urbana;
6) MPV 819/2018 autorizou a doação à Palestina para restauro da Basílica da Natividade;
7) PL 8.456/2017, que reduz os setores beneficiados por desoneração da folha de pagamento e dá isenção tributária ao diesel.

Outras MPVs também tramitaram no período, mas ainda não tiveram a sua apreciação concluída. A MPV 820/2018[8] aguarda análise pelo Senado Federal, enquanto a 813/2017 e 817/2017 estão prontas para a sanção. A MPV 816/2017 foi arquivada e a 810/2017[9], 809 e 819/2018[10] foram transformadas em Lei, respectivamente, 13.654/2018, 13.668/2018 e 13.669/2018.

Na última semana de maio, o Congresso deliberou sobre o impacto e medidas de solução para a greve dos caminhoneiros, iniciada após os seguidos aumentos no preço de diesel. A greve teve repercussão nacional, abrangendo diversos setores, como o agropecuário e os centros de abastecimentos das cidades. Para pôr fim à paralisação, o governo firmou acordo com representantes

[8] A MPV 820/2018 dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.
[9] A MPV 810/2017 Aprimora os mecanismos instituídos na legislação, com vistas a dinamizar e a fortalecer as atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor produtivo das tecnologias da informação e comunicação; promove alterações na Lei nº 8.248, de 1991 (Lei da Informática Nacional), e na Lei nº 8.387, de 1991 (Lei da Informática da Suframa); cria o plano de reinvestimento a ser utilizado na hipótese de não aprovação, total ou parcial, dos demonstrativos de cumprimento das obrigações assumidas pela empresa beneficiada com os incentivos da Lei da Informática Nacional.
[10] A MPV 809/2018 autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMbio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar, sem licitação, um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. Já a MPV 819/2018 autorizou a doação à Palestina para restauro da Basílica da Natividade.

do setor, que resultou na edição de três MPVs (831/2018; 832/2018 e 833/2018) e na redução de R$ 0,46 no preço do litro do diesel por 60 dias.

Produção legislativa (abril/maio 2018)

Nesta seção, analisamos alguns aspectos relacionados à produção legislativa, tendo como parâmetro a base de dados fornecida pela Câmara dos Deputados, com foco nos meses de abril e maio de 2018. As análises terão duas subdivisões: apresentadas e aprovadas. As proposições são referentes à série histórica da 55ª Legislatura (desde 2015), mas há também comparações com o mesmo bimestre do quarto ano das legislaturas anteriores[11], já que a produção legislativa apresenta sazonalidade.

Nesta seção, apresentaremos um modelo, ainda em fase experimental, que analisa os dados segundo os temas das proposições. O objetivo é identificar quais as áreas de interesse na apresentação e na aprovação, bem como investigar possíveis comportamentos relevantes a partir da base de dados. Concluímos a seção com uma análise agregada da situação atual das proposições apresentadas no início dessa Legislatura.

Proposições aprovadas e transformadas em Lei Ordinária

No bimestre abril-maio, 31 proposições foram transformadas em norma jurídica (vide planilha em anexo), pouco mais que o triplo do bimestre anterior fevereiro-março, que registrou 10 aprovações. Apenas uma norma neste bimestre foi originada de Projeto de Lei Complementar (PLP). Das 31 proposições transformadas em normas jurídicas, onze eram de autoria da Presidência da República, seis do Senado Federal e quatorze da Câmara dos Deputados. A lista detalhada está disponível no anexo desse Relatório Bimestral (Anexo 1).

[11] Meses de abril e maio dos anos de 2014, 2010, 2006, 2002, 1998, 1994, 1990.

Tabela 01 - Proposições transformadas em norma jurídica nos meses de abril e maio de 2018 em razão da autoria

Autoria	PLP	PL	MPV/PLV	PDC	Total
Câmara do Deputados	1	13	-	-	14
Senado Federal	-	6	-	-	6
Poder Executivo	-	9	2	-	11
Total	1	28	2	-	31

Duas MPVs foram sancionadas entre abril e maio: MPV 809/17 e a MPV 819/18. A primeira, como já mencionado, autoriza o Instituto Chico Mendes (ICMbio), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, a selecionar sem licitação um banco público para criar e gerir um fundo formado pelos recursos arrecadados com a compensação ambiental. A segunda autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade.

De autoria do Poder Executivo, vale destacar a presença de quatro leis que abrem o Orçamento Fiscal da União (Leis 13.657/18, 13.658/18, 13.659/18 e 13.662/18) e uma sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975 (Lei 13.667/18), estabelecendo diretrizes, competências e financiamento institucional.

Já pelo Senado Federal, destaca-se a Lei 13.654/2018, que alterou os artigos 155 e 157 do Código Penal, qualificando a pena do crime de furto e roubo quando envolvam explosivos. Aumenta também a pena de roubo em caso de lesão corporal grave (7 a 18 anos) e morte (20 a 30 anos) e a agravante em caso de emprego de arma de fogo (de 1/3 para 2/3). Além disso, a nova norma alterou a Lei 7.102/1983, que regula a segurança dos estabelecimentos financeiros, a instalação de equipamentos que inutilizem as cédulas de moeda corrente depositadas no interior dos caixas eletrônicos em caso de arrombamento, movimento brusco ou alta temperatura.

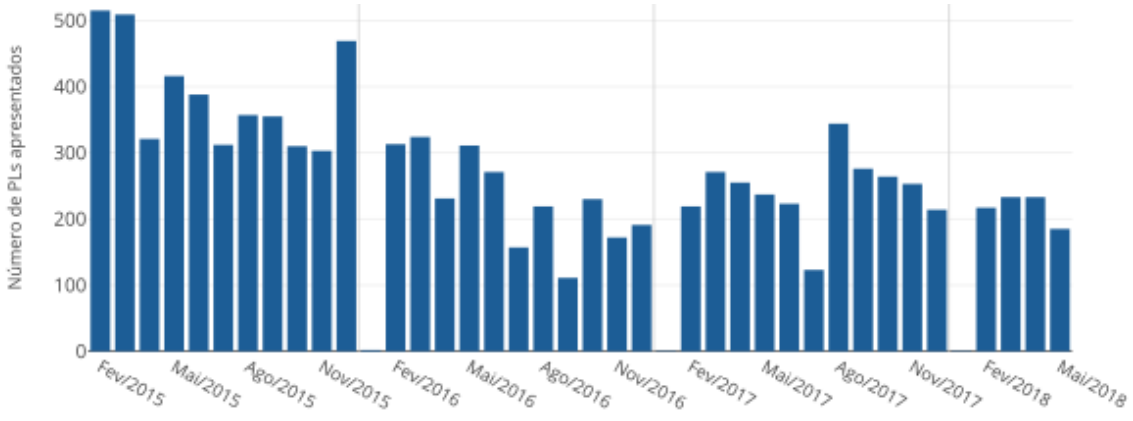
Por fim, proveniente da Câmara dos Deputados, destacam-se três proposições. A primeira, Lei 13.641/2018, alterou a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), adicionando ao artigo 24-A sobre o descumprimento de decisão

judicial que deferiu medidas protetivas de urgência, prevendo pena de três meses a dois anos. A segunda, Lei 13.642/2018, acrescenta atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Já a Lei 13.663/2018 inclui a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (*bullying*) e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

Proposições apresentadas pela Câmara dos Deputados

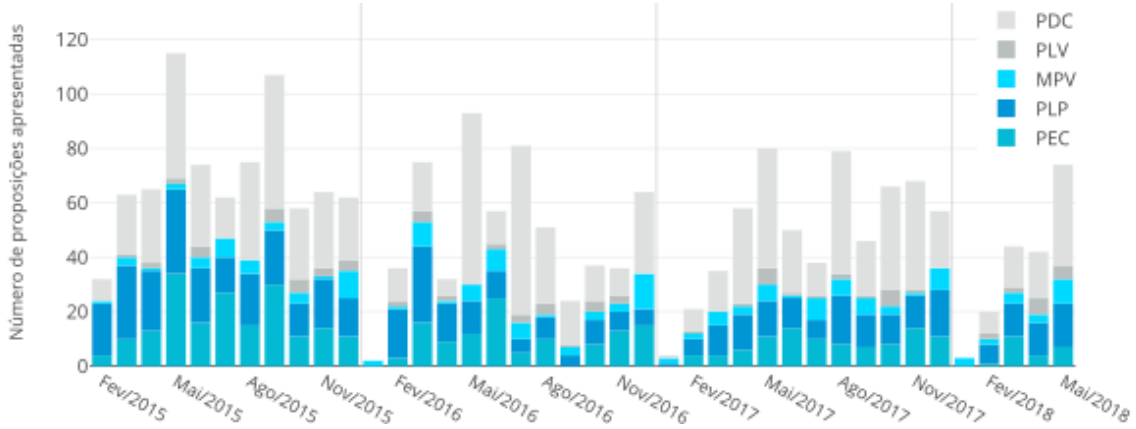
Quanto ao conjunto das proposições apresentadas nesse bimestre, o gráfico abaixo mostra o número mensal na atual Legislatura (55ª) da Câmara dos Deputados. As colunas no gráfico representam cada um dos meses incluídos no intervalo de tempo que vai do início da abertura dos trabalhos legislativos, em 02 de fevereiro de 2015, até 31 de maio de 2018. Neles, podemos verificar a tendência do total de Projetos de Lei (gráfico 01) e do conjunto dos demais tipos de proposições - PEC, PLP, MPV, PLV, PDC (gráfico 02) - desde o início da legislatura.

Gráfico 01 - Quantidade de Projetos de Lei (PLs) apresentados mensalmente na 55ª Legislatura até o maio de 2018



Legenda: Gráfico exibe o total de PLs apresentados na atual legislatura (55ª). Cada barra representa o número registrado no mês.

Gráfico 02 - Quantidade das demais proposições apresentadas mensalmente na 55ª Legislatura até maio de 2018



Legenda: Gráfico exibe total de proposições apresentadas na atual legislatura. Cada barra registra o número no mês, considerando os tipos PDC, PLV, MPV, PLP e PEC.

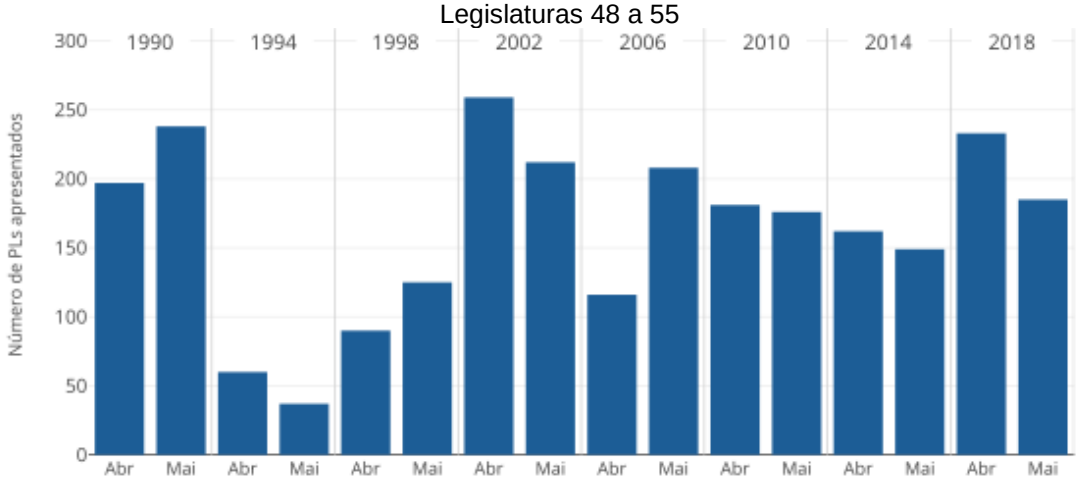
Como já pontuado nos nossos trabalhos[12], a análise histórica dos PLs apresentados mensalmente no ano de 2015, aproximadamente 420 por mês, está acima do observado nos anos anteriores. Na comparação com o bimestre anterior, nos meses de abril e maio foram apresentadas 537 proposições no total, um crescimento de 4,4%, influenciado principalmente por 54 novos PDCs apresentados no período. No caso dos PLs, abril-maio registra um número menor de entradas (418 ou 77,8% do total) quando comparado com bimestre fevereiro-março (450, ou 87,5% do total).

A seguir apresentamos o gráfico comparativo das apresentações do bimestre (abril-maio) com os mesmos meses do quarto ano das Legislaturas passadas. O objetivo é poder comparar os dados com um momento semelhante das legislaturas passadas, isto é, em ano de eleições gerais[13].

[12] Para mais informações: http://hdl.handle.net/10438/24019 e http://hdl.handle.net/10438/23993

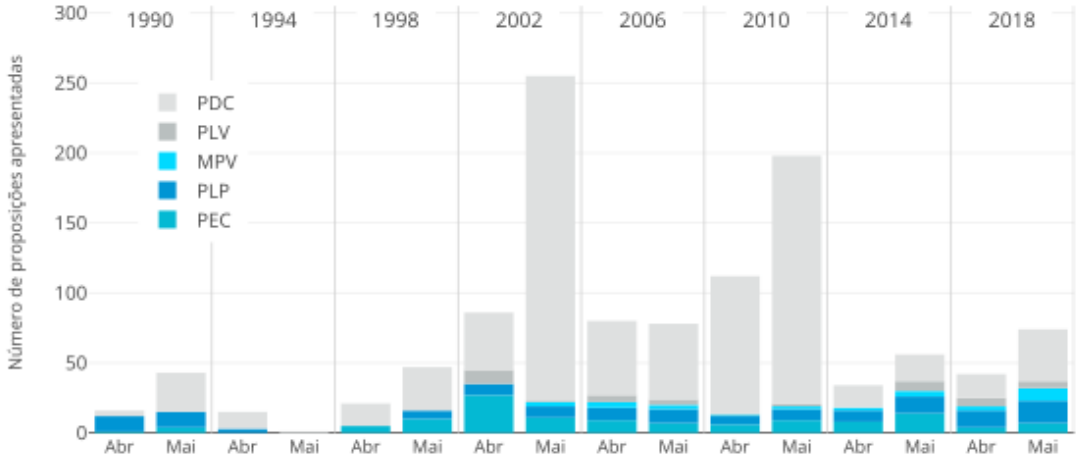
[13] São as eleições realizadas simultaneamente em todo o país para eleger o presidente e o vice-presidente da República, os governadores e seus vices, senadores, deputados federais e estaduais. Fonte: Glossário do Senado Federal.

Gráfico 03 - Quantidade de PLs apresentados nos meses de abril e maio do quarto ano das Legislaturas 48 a 55



Legenda: Gráfico exibe o total de PLs apresentados na Câmara dos Deputados, considerando o bimestre abril-maio do último ano de cada legislatura

Gráfico 04 - Quantidade de Proposições apresentadas nos meses de abril e maio do quarto ano das Legislaturas 48 a 55



Legenda: Gráfico exibe o total de proposições apresentadas na Câmara dos Deputados, considerando o bimestre abril-maio do último ano de cada legislatura

O comparativo dos meses de abril e maio deste ano com os mesmos períodos das legislaturas passadas (48ª a 55ª) aponta algumas mudanças. Entre 1994 e 2002, a quantidade de apresentações de PLs nos meses de abril e maio apontou tendência de alta. Entre 2006 e 2014, contudo, o bimestre registrou queda. Esse padrão volta a mudar na atual bimestre da Legislatura 55ª, quando o total de PLs apresenta alta no período abril-maio. No caso das demais proposições (PDC, PVL, MPV, PLP e PEC) o comportamento é diferente. O

comparativo bimestre a bimestre mostra alta até 2002 com queda forte em 2006, seguido de alta igualmente forte em 2010. A partir daí, os totais voltam a apresentar baixa, com números equivalentes ao período pré-2002.

É importante observar que, embora a alteração da Constituição via Emenda Constitucional esteja proibida devido a aprovação da intervenção federal através do Decreto Legislativo 10/2018 em 16 de fevereiro, há 11 apresentações de Propostas de Emenda à Constituição (PECs) no bimestre abril-maio. Desde o início de 2018, já são 23 PECs apresentadas em 119 dias de trabalhos legislativos, média de uma a cada cinco dias.

Por fim, como novidade para esse relatório, a equipe apresenta uma nova ferramenta de tematização das proposições. A Câmara dos Deputados fornece um campo denominado “tema” para cada proposição, que pode estar preenchido com um ou mais temas dos 42 existentes em sua base de dados. Porém, somente 47% dos casos da base possuem este campo preenchido, ou seja, 53% das proposições não estão tematizadas pela Câmara.

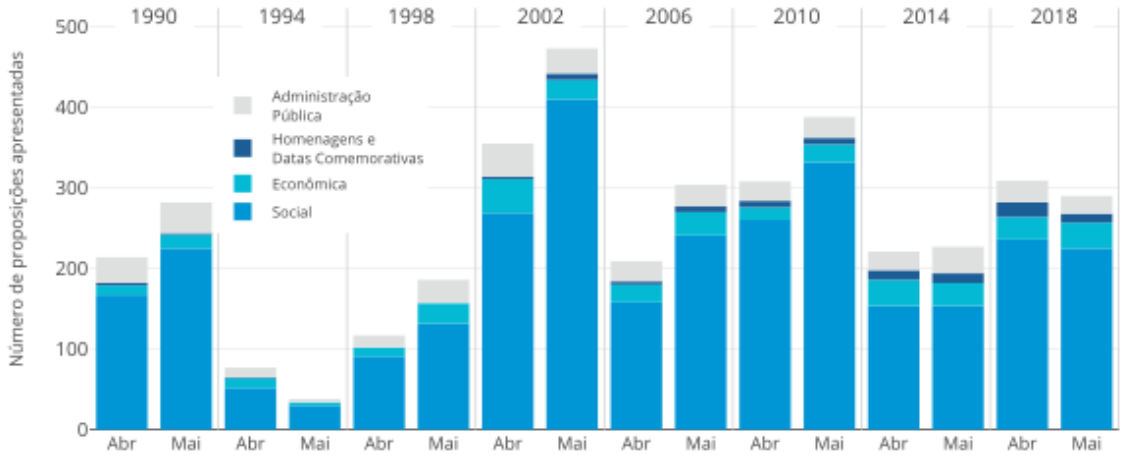
Para completar esse campo nas proposições não preenchidas, foi utilizado como base a indexação e a ementa das proposições com temas identificados pela Câmara. Para tornar possível trabalhar com a questão dos temas, reduzimos os 42 identificados na base em quatro macrotemas: Administração Pública, Econômica, Social e Homenagens e Datas Comemorativas.

Os temas foram gerados através de um modelo de aprendizado de máquina de classificação, *Support Vector Machine (SVM) classification*. Dada a indexação ou ementa de uma proposição, o modelo fornece a probabilidade de o PL pertencer a cada tema. Os temas são, assim, preenchidos para as proposições e incorporados à base de dados, caso tenham probabilidades maior que 50%, limite que minimiza o erro de classificação. Dessa forma, os temas das proposições apresentadas tiveram a seguinte distribuição histórica.

Tabela 02 - Classificação dos 42 temas nos quatro macrotemas

Administração Pública		
Administração Pública	Organização Administrativa do Estado	Organização Político-Administrativa do Estado
Processo Legislativo		
Econômica		
Economia, Administração Financeira e Orçamentária	Finanças Públicas e Orçamento	Política Econômica
Sistema Financeiro	Tributação	
Social		
Agricultura, Pecuária e Pesca	Arte e Cultura	Ciência e Tecnologia
Ciência, Tecnologia e Informática	Comunicações	Comércio Exterior
Defesa e Segurança Nacional	Desenvolvimento Regional	Desenvolvimento Urbano e Trânsito
Desporto e Lazer	Direito Civil e Processual Civil	Direito Constitucional
Direito Penal e Processual Penal	Direito do Trabalho e Processual do Trabalho	Direito e Defesa do Consumidor
Direito e Justiça	Direitos Humanos, Minorias e Cidadania	Educação
Indústria, Comércio e Abastecimento	Indústria, Comércio e Defesa do Consumidor	Informática
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Organização Política, Partidária e Eleitoral	Política Fundiária
Previdência e Assistência Social	Recursos Hídricos, Minerais e Política Energética	Relações Internacionais
Saúde	Segurança Pública	Trabalho e Emprego
Turismo	Viação e Transportes	
Homenagens e Datas Comemorativas		

Gráfico 05 - Quantidade de Proposições apresentadas nos meses de abril e maio em razão dos temas



Legenda: Gráfico exibe o total de proposições apresentadas na Câmara dos Deputados no bimestre abril-maio, considerando o último ano da legislatura, segundo os temas.

Como podemos observar, a maioria das proposições trata do tema social, seguidas das econômicas. Este é um comportamento esperado para este momento em razão da quantidade temas abrangidos pelo macrotema “Social” utilizado na nossa classificação. A despeito desta característica do método de agregação dos temas, o social é a área mais regulada pela pelos(as) parlamentares, com média mensal de apresentação quase oito vezes maior que a média mensal da administração pública (a maior dentre os outros três temas).

Ao abordar a média mensal de apresentação, é interessante fazer um recorte temporal na série em 2002. Antes dessa data, as homenagens tinham uma média de apresentações de um por mês e as econômicas 13,5/mês. Contudo, após 2002, essas médias se alteram bastante, tendo as homenagens atingindo 9,2 por mês e as econômicas 28,2/mês.

Já as apresentações que tratam de administração pública registram um comportamento diferente. Até 2002, apesar de uma média em torno de 21 por mês, o desvio padrão era alto, aproximadamente 13. Isso significa que o número de apresentações variava muito nos meses de abril e maio. Após 2002, apesar da média ser similar, o desvio padrão diminuiu para 5,8. Logo, o ritmo de apresentações se tornou mais estável durante o tempo.

De forma conclusiva para esta seção, apresentamos na tabela abaixo a situação atual das proposições apresentadas apenas nesta legislatura (55ª)[14].

[14] Como marco para as análises, utilizou-se o período compreendido entre 01/02/2015 e 31/05/2018, sendo o dia 08/06/2018 utilizado para o status (situação) das proposições.

Tabela 03 - Situação atual das proposições apresentadas na 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados

	PEC	PLP	PL	MPV	PLV	PDC
Aprovada somente na Câmara	1	0	129	8	0	78
Aprovada na Câmara e Senado	0	1	10	5	0	0
Transformadas em norma jurídica	8	8	113	92	0	219
Em tramitação	329	435	8.796	17	86	560
Pronta para pauta	75	48	836	0	0	74
Arquivada	8	23	451	23	0	28
Total de proposições	421	515	10.335	145	86	959

Podemos notar que grande parte das proposições apresentadas desde 02 de fevereiro de 2015 ainda está em tramitação (90,3%). Este número é superior ao percentual do bimestre passado de 85%. O número de proposições arquivadas praticamente não se alterou. Dos seis tipos, apenas os Projetos de Lei e as Medidas Provisórias tiveram variação na quantidade de arquivamentos, passando de 425 para 451 para os PLs, e de 21 para 23 nas MPVs. As demais permaneceram sem alteração.

Importante também observar que há 421 PECs apresentadas desde 2015, sendo que a quantidade de PECs aprovadas é a mesma das arquivadas. Essa comparação revela um comportamento da Câmara dos Deputados em não arquivar proposições. Nas PECs, por exemplo, apenas 1,9% das 421 apresentadas desde 2015 foram arquivadas. No total, em todas as proposições legais/supralegais, esse percentual sobe para apenas 4%.

Tabela 04 - Variação bimestral da situação das proposições apresentadas na 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados

		Fev-Mar	Abr-Mai	Variação %
PEC	Em tramitação	320	329	2,8%
	Aprovadas	8	8	0%
	Arquivadas	8	8	0%
PLP	Em tramitação	408	435	6,6%
	Aprovadas	8	8	0%
	Arquivadas	23	23	0%
PL	Em tramitação	8.519	8.796	3,2%
	Aprovadas	110	113	2,7%
	Arquivadas	425	451	6,1%
MPV/PLV	Em tramitação	98	113	15%
	Aprovadas	90	92	2,2%
	Arquivadas	21	23	9,5%
PDC	Em tramitação	523	560	7,0%
	Aprovadas	201	219	8,9%
	Arquivadas	28	28	0%

Por fim, quanto à variação bimestral, vale observar aquilo destacado neste relatório. Dentre as proposições legais/supralegais, o foco da produção legislativa foram as Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Projetos de Decreto Legislativo, especialmente na apresentação e aprovação.

Neste bimestre, 15 novas MPVs estão em tramitação e 37 novos PDCs, uma variação de 15% e 7%, respectivamente. Nos PLs, o aumento foi de 3,2%, ou seja, 277 novas proposições passaram a tramitar no período. Nas PECs e PLPs, não houve alteração no número de aprovações e arquivamentos, somente no número de proposições em tramitação.

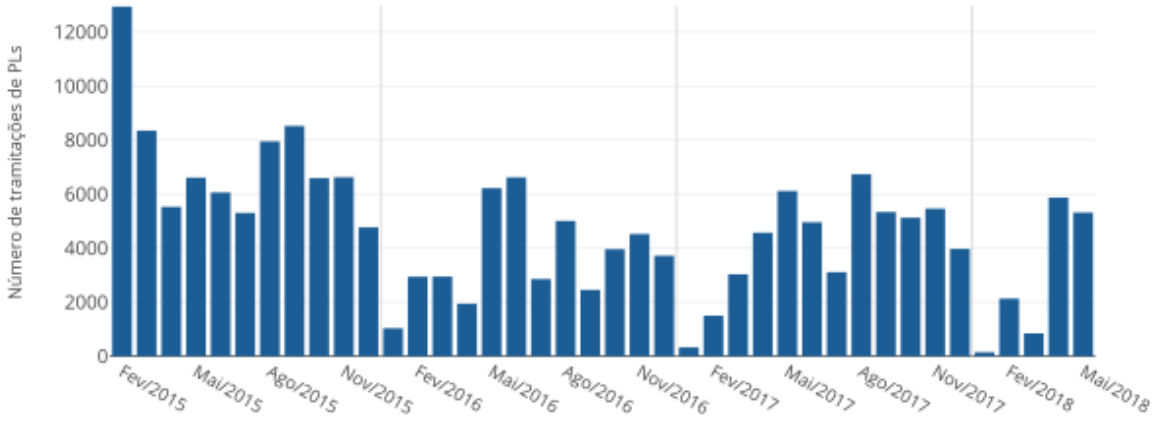
Portanto, como verificado no Relatório Bimestral (fevereiro-março) de 2018, percebe-se que a variação bimestral das proposições em tramitação é superior à soma das arquivadas e aprovadas, o que indica um acúmulo de estoque de proposições para os próximos meses.

Movimentação legislativa (abril/maio 2018)

Também como novidade para este bimestre, trazemos um estudo sobre a movimentação legislativa. Assim como na análise sobre a produção legislativa, as proposições serão dispostas na série histórica da 55ª Legislatura (desde 2015) e em comparação com o mesmo bimestre do quarto ano das Legislaturas anteriores.

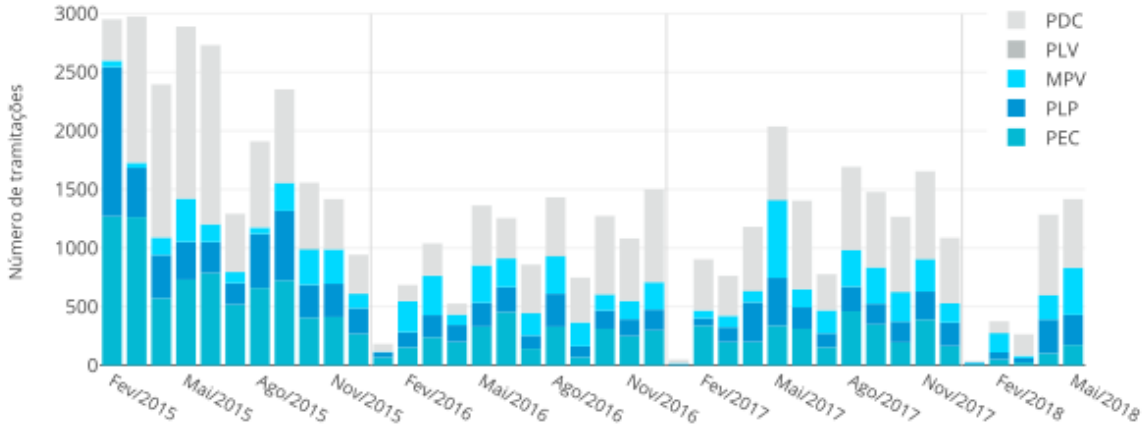
A movimentação legislativa é computada pela soma de todas as tramitações em todas as proposições legais/supralegais. Por tramitação denominamos cada movimento individual em cada proposição analisada. Dessa forma, os dados sobre essas movimentações sugerem o ritmo dos trabalhos nas comissões, Mesa e Plenário. Os dois gráficos abaixo apresentam a série histórica desde 1988 até maio de 2018 e também este bimestre em comparação com os anteriores dos quartos anos das Legislaturas anteriores.

Gráfico 06 - Quantidade de movimentações em Projetos de Lei (PLs) na 55ª Legislatura



Legenda: Gráfico exibe o total de tramitações dos Projetos de Lei por mês desde o início da 55ª Legislatura

Gráfico 07 - Quantidade de movimentações nas demais proposições mensalmente na 55ª Legislatura até o maio de 2018



Legenda: Gráfico exibe o total de tramitações das proposições por mês desde o início da 55ª Legislatura. Cada barra registra o número no mês, considerando os tipos PDC, PLV, MPV, PLP e PEC.

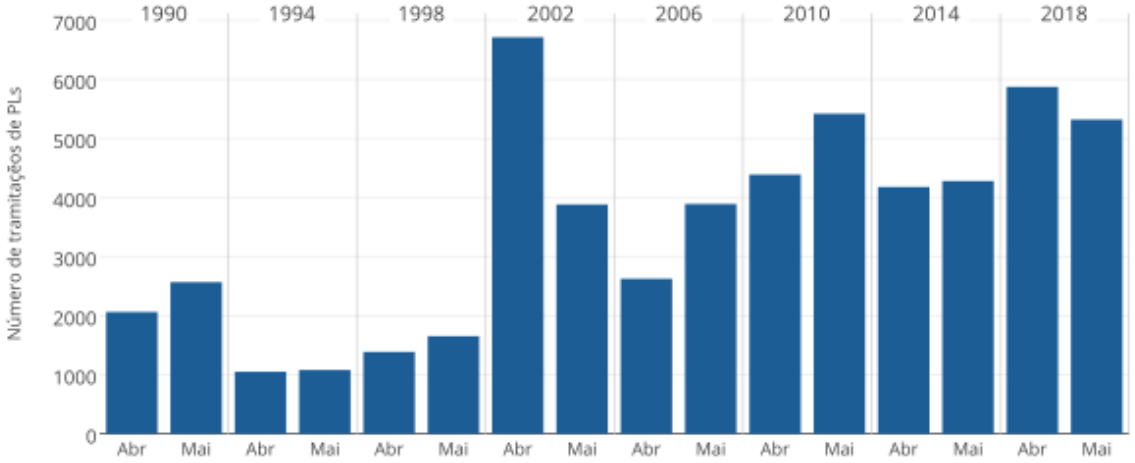
Primeiramente, observa-se que a movimentação dos Projetos de Lei é bem superior à das demais proposições. O pico do gráfico 06 alcança aproximadamente 12 mil tramitações. Este comportamento é, de certa forma, esperado já que há um volume muito maior de PLs em tramitação quando comparado com outros tipos de proposições. Uma segunda observação geral na série é que o ritmo de tramitações é maior no início da legislatura, apresentando, nos anos seguintes, uma quantidade menor de movimentações. Esse mesmo comportamento se repete quando analisamos os demais tipos de proposições, como PDCs, PLVs e MPVs.

Parte do grande número de tramitações no primeiro ano deve-se, certamente, à possibilidade de desarquivamento das proposições arquivadas na Legislatura anterior[15], o que amplia a quantidade de tramitações na Câmara. Contudo, novamente, os PDCs aparecem com um comportamento dissociado dos demais. Vale observar que enquanto o ritmo de tramitação dos PLs é alto em

[15] Art. 105, RICD, p. único: A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava.

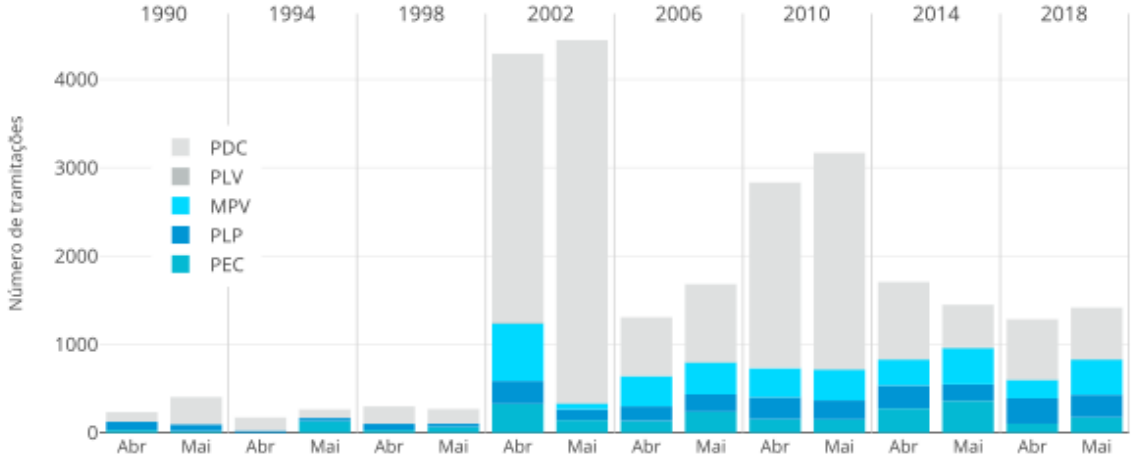
fevereiro, primeiro mês da Legislatura, os PDCs apresentam este tipo de comportamento nos cinco primeiros meses de 2015.

Gráfico 08 - Quantidade de movimentações nos Projetos de Lei nos meses de abril e maio do quarto ano das Legislaturas 48 a 55



Legenda: Gráfico exibe o total de tramitações dos PLs considerando o bimestre abril-maio do último ano de cada legislatura.

Gráfico 09 - Quantidade de movimentações nas demais proposições nos meses de abril e maio do quarto ano das Legislaturas 48 a 55



Legenda: Gráfico exibe o total de tramitações dos PLs considerando o bimestre abril-maio do último ano de cada legislatura. Cada barra registra o número por mês, considerando os tipos PDC, PLV, MPV, PLP e PEC

A análise do bimestre, considerando o mesmo período de outros anos, gráficos 08 e 09, mostra que a 55ª Legislatura voltou a aumentar o total de tramitações de PLs. Em toda a série, esta é a segunda maior média do bimestre. Esse comportamento, contudo, não é verificado no total de tramitações dos

demais tipos de proposições. O ritmo de tramitações, como podemos observar no gráfico 09, mantém-se relativamente estável em relação ao mesmo período de 2014. O pico com o maior número de tramitações ocorreu nos anos de 2002 e 2010 para o bimestre em análise.

Embora o total de tramitações de PLs no bimestre abril-maio da atual legislatura seja relativamente maior que o mesmo período em 2010, seu impacto no total de Projetos de Lei em análise na Câmara não parece ser expressivo. No bimestre abril-maio, deste ano, foram de aproximadamente seis mil tramitações por mês, contudo, é preciso observar que há 20.710 PLs em tramitação na Casa[16]. Ou seja, em média, um em cada três Projetos de Lei teve apenas um andamento nos meses de abril e um em cada quatro no mês de maio.

O gráfico 09, que trata especificamente das tramitações dos demais tipos de proposições, indica algumas variações mais consistentes. Em 2002, há um pico com mais de quatro mil tramitações dessas proposições, considerando o bimestre abril e maio. Esse volume acentuado se repete em 2010, no mesmo período. Nos demais anos da série, contudo, os dados se estabilizam abaixo de duas mil tramitações. Ou seja, enquanto as tramitações dos PLs vêm aumentando desde 2014, a dos demais tipos mantém-se estável em 2014 e 2018.

Indicador de apoio ao Governo (abril/maio 2018)

Em 2017, a equipe do Congresso em Números elaborou um indicador de apoio do Governo na Câmara dos Deputados[17]. Como boa parte da literatura especializada aponta, o Executivo federal, quando realiza um bom gerenciamento dos membros de sua coalizão, pode organizar o debate e as proposições que serão discutidas e, muito provavelmente, aprovadas no Congresso Nacional.

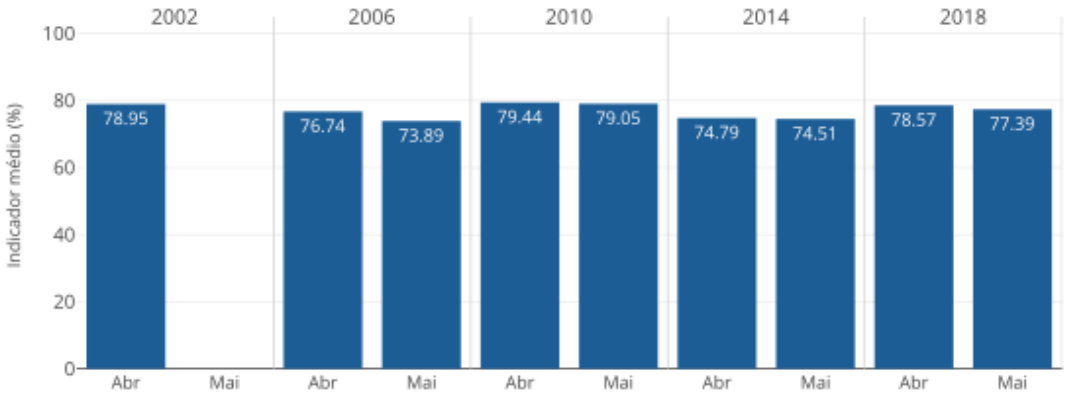
[16] Dados referentes a 14/06/2018.

[17] Para mais informações sobre a metodologia de elaboração do indicador, consultar o estudo publicado pelo Congresso em Números em 2018 sobre "A produção legislativa do Brasil de 1988 a 2017", disponível no repositório digital da FGV através do link: http://hdl.handle.net/10438/24019

O indicador de apoio do Governo na Câmara do Congresso em Números representa, portanto, uma informação geral para profissionais do Direito, pesquisadores e sociedade civil sobre o quanto as mudanças na legislação que tramitam na Câmara têm mais ou menos possibilidade de serem aprovadas, dependendo da orientação do Governo.

No gráfico abaixo, podemos observar que, de uma maneira geral, o apoio ao governo apresenta relativa estabilidade no tempo considerando o comparativo com o mesmo bimestre de anos anteriores. Os percentuais variam pouco, ficando sempre acima de 75%, e registrando teto de 79,05%. No ano de 2002, o mês de maio não registrou dados, razão encontra-se sem percentual de apoio no gráfico.

Gráfico 10 - Indicador médio de apoio do Governo na Câmara dos Deputados (1999-2018) em anos eleitorais



Legenda: Gráfico apresenta o indicador médio de apoio dos deputados ao governo desde 2002, considerando os meses de abril e maio.

Com relação ao bimestre anterior (fevereiro-março), o indicador permaneceu praticamente estável, saindo de 77,53%, em fevereiro, para 77,89% em março e 78,57% em abril. Em maio, ele registra uma ligeira queda para 77,39%, mas, ainda assim, em 2018, o indicador médio de apoio ao Governo na Câmara mantém-se relativamente estável.

Gráfico 11 - Indicador médio de apoio do Governo na Câmara dos Deputados (2015-2018)

Legenda: Gráfico mostra indicador médio de apoio dos deputados ao governo durante a 55ª Legislatura, desde janeiro de 2015 até maio de 2018.

No agregado da 55ª Legislatura (gráfico 08), como já observado, os anos de 2015 e 2016 representaram períodos de instabilidade no apoio da Câmara ao Governo. Em 2015, essa variação ocorreu, provavelmente, em função da crise política originada pelo pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Com o afastamento da ex-presidente em 2016 e a posse do presidente Michel Temer, o indicador volta a apresentar variações positivas, alcançando a casa dos 80%. Em 2017, a instabilidade de 2016 é pouco perceptível, tendo o menor percentual sido registrado em maio, mês em que veio à tona, na imprensa, a denúncia contra o presidente Temer, mesmo assim, o percentual ficou acima dos 70%.

Este foi, portanto, o segundo relatório bimestral do Congresso em Números. Nas próximas edições, continuaremos aprimorando os dados e a interpretações das séries sobre as proposições apresentadas na Câmara e Senado Federal, bem como sobre os temas, movimentações e indicador de apoio ao Governo, com o objetivo de ter um documento mais completo sobre o acompanhamento sistemático da produção de normas no Congresso.

Anexo 1 - Detalhes sobre as proposições aprovadas nos meses de abril e maio de 2018

Tabela 01 - Proposições transformadas em norma jurídica nos meses de abril e maio de 2018 de autoria da Presidência da República

Presidência da República. Total: 11	
Lei Ordinária nº 13,650, de 11/04/2018	Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, na área de saúde, de que trata o art. 4º da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009; e altera as Leis nºs 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.429, de 2 de junho de 1992.
Lei Ordinária nº 13,651, de 11/04/2018	Cria a Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí.
Lei Ordinária nº 13,657, de 07/05/2018	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, crédito suplementar no valor de R$ 4.495.852.322,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Lei Ordinária nº 13,658, de 07/05/2018	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo Federal, crédito especial no valor de R$ 439.522.433,00, para os fins que especifica.
Lei Ordinária nº 13,659, de 07/05/2018	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 1.164.674.954,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.
Lei Ordinária nº 13,662, de 08/05/2018	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo federal e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 4.202.590.921,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.
Lei Ordinária nº 13,665, de 15/05/2018	Autoriza o Poder Executivo a desapropriar, em favor da União, o imóvel que especifica, cujo domínio direto pertence ao Estado do Rio Grande do Sul.
Lei Ordinária nº 13,667, de 17/05/2018	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.
Lei Ordinária nº 13,668, de 28/05/2018	Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.
Lei Ordinária nº 13,669, de 30/05/2018	Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade.
Lei Ordinária nº 13,670, de 30/05/2018	Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.457, de 16 de março de 2007, e o Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977.

Fonte: Senado Federal

Tabela 02 - Proposições transformadas em norma jurídica nos meses de abril e maio de 2018 de autoria do Senado Federal

Senado Federal. Total: 06	
Lei Ordinária nº 13,652, de 13/04/2018	Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo.
Lei Ordinária nº 13,653, de 18/04/2018	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de arqueólogo e dá outras providências.
Lei Ordinária nº 13,654, de 23/04/2018	Altera o Código Penal para prever aumento de pena para o crime de roubo praticado com o emprego de arma de fogo ou de explosivo ou artefato análogo que cause

	perigo comum.
Lei Ordinária nº 13,655, de 25/04/2018	Inclui, na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei n. 4.657, de 1942), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.
Lei Ordinária nº 13,656, de 30/04/2018	Dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita não superior a meio salário mínimo.
Lei Ordinária nº 13,664, de 14/05/2018	Dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.

Fonte: Senado Federal

Tabela 03 - Proposições transformadas em norma jurídica nos meses de abril e maio de 2018 de autoria da Câmara dos Deputados

Câmara dos Deputados. Total 14	
Lei Complementar nº 162, de 06/04/2018	Institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN).
Lei Ordinária nº 13,641, de 03/04/2018	Tipifica o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.
Lei Ordinária nº 13,642, de 03/04/2018	Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres.
Lei Ordinária nº 13,643, de 03/04/2018	Regulamenta as profissões de Esteticista, que compreende o Esteticista e Cosmetólogo, e de Técnico em Estética.
Lei Ordinária nº 13,644, de 04/04/2018	Dispõe sobre a obrigatoriedade de emissoras de radiodifusão transmitirem o programa oficial dos Poderes da República, alterando o art. 38 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.
Lei Ordinária nº 13,645, de 04/04/2018	Institui o Dia Nacional do Desafio.
Lei Ordinária nº 13,646, de 09/04/2018	Institui o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, em alusão à Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos.
Lei Ordinária nº 13,647, de 09/04/2018	Obriga o uso de torneiras com dispositivo de vedação automática de água em todos os banheiros de uso coletivo.
Lei Ordinária nº 13,648, de 11/04/2018	Dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural e altera a Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994.
Lei Ordinária nº 13,649, de 11/04/2018	Dispõe sobre o Serviço de Retransmissão de Rádio (RTR) na Amazônia Legal.
Lei Ordinária nº 13,660, de 08/05/2018	Altera o § 2º do art. 819 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o pagamento dos honorários de intérprete judicial.
Lei Ordinária nº 13,661, de 08/05/2018	Altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, regulamentado pelo Decreto Federal nº 1, de 11 de janeiro de 1991, que trata da parcela pertencente aos Estados e Municípios do produto da Compensação Financeira dos Recursos Hídricos - CFRH.
Lei Ordinária nº 13,663, de 14/05/2018	Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
Lei Ordinária nº 13,666, de 16/05/2018	Inclui o tema Educação Alimentar e Nutricional nos conteúdos das disciplinas de Ciências e Biologia dos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, respectivamente.

Fonte: Senado Federal

Tabela 04 - Medidas Provisórias aprovadas pelo Plenário da Câmara nos meses de abril e maio de 2018

MPV 809/17 PLV 5/18	Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.	25.04.18	Lei Ordinária 13.668/2018
MPV 810/17 PLV 6/18	Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.	08.05.18	Aguardando Sanção
MPV 813/17 PLV 8/18	Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP	23.05.18	
MPV 816/17 PLV 4/18	Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.		Arquivado pelo Senado Federal
MPV 817/18 PLV 7/18	Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex- Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências		Aguardando Sanção
MPV 818/18 PLV 11/18	Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana		
MPV 819/18	Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade		Lei Ordinária 13.669/2018
MPV 820/18	Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.	05.06.18	Aguardando Senado Federal

Fonte: Núcleo de Assessoramento Técnico (SGM) - Câmara dos Deputados

Tabela 05 - Projetos de Lei aprovados pelo Plenário da Câmara nos meses de abril e maio de 2018

PL 3734/12	Poder Executivo	Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição, institui o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, dispõe sobre a segurança cidadã, e dá outras providências	11.04.18	Vai ao Senado Federal
PL 8456/17		Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007	11.04.18	
PL 4060/12	Milton Monti	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências	23.05.18	

Fonte: Núcleo de Assessoramento Técnico (SGM) - Câmara dos Deputados

Tabela 06 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário da Câmara nos meses de abril e maio de 2018

PDC 300/15	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Jersey sobre o Intercâmbio de Informações Relativas a Matérias Tributárias, assinado em Londres, em 28 de janeiro de 2013.	12.04.18	Vai ao Senado Federal
PDC 774/17		Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos para Serviços Aéreos entre seus Respectivos Territórios e Além, assinado em Brasília, em 16 de março de 2017	19.04.18	

Fonte: Núcleo de Assessoramento Técnico (SGM) - Câmara dos Deputados